

Escola Rural Maria Pessoa de Moura: entre histórias e memórias

Rural School Maria Pessoa de Moura: Between History and memories

Escuela Rural Maria Pessoa de Moura: entre historias y recuerdos

Hermano Moura Campos  

Faculdade do Maciço de Baturité

Filipe Pinheiro Rodrigues  

Universidade Federal do Ceará

Resumo

Esse texto tem como objetivo principal apresentar uma pesquisa, de caráter inicial, sobre aspectos culturais e históricos da Escola Maria Pessoa de Moura, situada no Sítio Oitis, zona rural do município de Lavras da Mangabeira – CE, situando aspectos importantes sobre sua fundação, desenvolvimento e luta pela sua preservação. São apresentadas as motivações para a pesquisa, bem como as principais fontes (principalmente orais), hipóteses e ênfases. Os referenciais teóricos são Farias (2014), Brandão (2002), Jucá (2011), Leite (1999) e Nóvoa (2013). A escola surgiu em 1980 como resultado da mobilização da comunidade rural, e assim se mantém até a atualidade, apesar das muitas dificuldades e limitações. Os resultados nos apresentam um potencial promissor de pesquisa, com as fontes inicialmente levantadas, projetando um aprofundamento da discussão a médio prazo.

Palavras-chave: Escola Rural. História da Escola. Memória. Oralidade.

Abstract

This text aims to present an initial research on the cultural and historical aspects of the Maria Pessoa de Moura School, located in Sítio Oitis, rural area of the municipality of Lavras da Mangabeira - CE, locating important aspects about its foundation, development, and struggle for its preservation. It outlines the motivations for the research, as well as the main sources (primarily oral), hypotheses, and emphases. The theoretical frameworks include Farias (2014), Brandão (2002), Jucá (2011), Leite (1999), and Nóvoa (2013). The school emerged as a result of rural community mobilization and has been maintained to the present day despite numerous difficulties and limitations. The results show promising research potential, with the initially identified sources indicating a deeper discussion in the medium term.

Keywords: Rural School. School History. Memory. Orality.

Resumen

El principal objetivo de este texto es presentar una investigación inicial sobre aspectos culturales e históricos de la Escuela Maria Pessoa de Moura, ubicada en Sítio Oitis, zona rural del municipio de Lavras da Mangabeira – CE, destacando aspectos importantes sobre su fundación, desarrollo y lucha. para su preservación. Se presentan las motivaciones de la investigación, así como las principales fuentes (principalmente orales), hipótesis y énfasis. Los referentes teóricos son Farias (2014), Brandão (2002), Jucá (2011), Leite (1999) y Nóvoa (2013). La escuela surgió en 1980 como resultado de la movilización de la comunidad rural, y así se ha mantenido hasta el día de hoy, a pesar de muchas dificultades y limitaciones. Los resultados nos presentan un potencial de investigación prometedor, con las fuentes inicialmente planteadas, proyectando una profundización de la discusión en el mediano plazo.

Palabras clave: Escuela Rural. Historia de la Escuela. Memoria. Oralidad.



1. INTRODUÇÃO

Esse artigo aborda uma pesquisa sobre a história da Escola Rural Maria Pessoa de Moura, localizada no Sítio Oitis, zona rural de Lavras da Mangabeira. Embora tenha se iniciado ainda em 2018, motivos pessoais nos fizeram interromper esse trabalho, e só retornar mais recentemente, em agosto de 2023. A motivação pelo tema veio depois da conclusão da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado, sobre professoras leigas rurais de Lavras da Mangabeira. Nesse período, nos interessamos por curiosidade entrevistar alguns dos ex-alunos dessas professoras.

Eles nos trouxeram informações sob uma perspectiva que não havíamos ainda percebido, e suas falas se centralizaram não nas professoras leigas ou na sua atuação, e sim na escola. A narrativa tomou um rumo completamente novo, e ficou claro que narrar o processo de luta e reivindicação pela construção da escola era para eles mais pertinente do que apenas relatar a rotina de aulas, provas e atividades. Um desses ex-alunos, Rivanildo Araújo, que hoje mora em Fortaleza e estudou no sítio Oitis entre 1977 e 1985, nos relatou que

Aquela escola foi uma conquista, todo mundo queria um local pra dar um pouco de estudo pros filhos, e as casas da Associação ou das famílias não eram suficientes pra caber tanto menino. As crianças, como eu, queriam um local pra estudo, os adultos e os velhos queriam pelo menos aprender a assinar o nome. Era uma novidade. (Entrevista com Rivanildo, 30/06/2018).

Esse trecho nos traz a ideia de que aquela escola representou uma conquista, fruto da luta dos alunos, de suas mobilizações, de seus anseios por um local próprio em que eles pudessem estudar. Esse interesse era não apenas das famílias em buscar melhor educação dos filhos, mas também dos próprios pais dos alunos se alfabetizarem, ganhar de volta o tempo perdido. Pois, sem espaço escolar para estudar, acaba havendo todo tipo de improvisação. Como nos coloca Antunes e Farias (2015, p. 72),

[...] até mesmo a igreja se constitui como espaço improvisado para dar aulas, situação comum em muitas comunidades rurais brasileiras, que utilizam além de igreja, galpões, espaços de associações comunitárias e outros, quando não possuem escolas próprias para garantir a educação dos sujeitos rurais.

É perceptível a importância da escola como espaço de conhecimento, de formação e de oportunidade para aqueles moradores, alguns dos quais (pelo que sabemos de conversas informais) se tornaram professores universitários e comerciantes, muitos dos quais posteriormente migraram para outras partes do Brasil, especialmente para o estado de São Paulo. Há várias décadas, Sud Mennuci (1930) já nos apontava as dificuldades pertinentes à educação do campo e à necessidade de ações que visassem uma melhor oferta de escolas e adequação das mesmas àquela realidade específica: “É o typo escolar que está fadado a ser (...) o [espaço] de todos os núcleos ruraes bem desenvolvidos do Brasil, porque só neles a infância e a mocidade do campo encontrarão a fórmula de’ adaptação à vida que o destino lhes reservou”. (Mennucci, 1930, p. 158 – grafia da época).

É interessante observarmos que, passados quase 80 anos, esse modelo de escola previsto pelo educador, conhecido pela sua defesa das escolas rurais num modelo próprio e autônomo, ainda não tenha sido implementado, talvez com a exceção de escolas comunitárias construídas em

assentamentos rurais. E Santos (2015), comentando o posicionamento de Mennucci, nos coloca que ele

[...] afirmou e desenvolveu o seu posicionamento anterior de que a administração política e do ensino não se interessavam pela escolarização da população rural, e que deveriam privilegiar a construção de escolas rurais, organizadas de acordo com as suas necessidades relacionadas ao trabalho agrícola. (2015, p. 143).

Em vista de tal constatação, feita há várias décadas, é bastante compreensível a reação da população do Sítio Oitis quando no ano de 2018 a Secretaria Municipal de Educação de Lavras da Mangabeira estava propondo o fechamento da escola, proposta que, quando anunciada, mobilizou toda a comunidade do Sítio Oitis e até de outras regiões (visto que muitos são ex-alunos da escola e moram em outros distritos) para evitar que se concretizasse. Outros fechamentos de escola já haviam acontecido, inclusive na comunidade vizinha do Sítio Limoeiro, o que motivou ainda mais a comunidade a lutar para que a escola do Sítio Oitis não tivesse o mesmo destino.

Após negociações e acordos, ficou decidido que a escola continuaria por, pelo menos, mais dois anos. Essas informações, que vinham na esteira da pesquisa sobre professoras leigas, nos levaram a buscar o entendimento de quais sentidos e representações que a referida escola tem para os moradores da comunidade, e como isso influenciou as constantes mobilizações no decorrer de sua existência histórica.

Nesse artigo vamos abordar os referenciais teórico-metodológicos que norteiam nossa pesquisa, bem como os resultados iniciais da análise das fontes e bibliografia. O objetivo principal é examinar o processo de mobilização e educação popular através da trajetória histórica da Escola Maria Pessoa de Moura, localizada no Sítio Oitis, município de Lavras da Mangabeira. O período analisado vai desde sua fundação em 1980 até a ameaça de fechamento em 2018, com o intuito de compreender o papel das diversas identidades e significados para os diferentes “atores sociais” envolvidos. Inicialmente, serão apresentados a problematização, o referencial teórico e a metodologia, seguidos pela análise dos resultados e discussões.

Há alguns pontos que se desdobram a partir desse objetivo principal. Por exemplo, um interesse nosso é descrever como se dava a educação no Sítio Oitis antes da criação da Escola Maria Pessoa de Moura, bem como as mobilizações e os passos dados no seu processo de fundação e manutenção. Além disso, é interessante caracterizar as diferentes etapas ou momentos no desenvolvimento histórico dessa escola, a partir de variadas fontes, a fim de se vislumbrar uma periodização desses acontecimentos. Ou, ainda, compreender, a partir dos relatos orais, as diferentes representações e significações da Escola na memória coletiva, bem como as motivações de seu fechamento e da luta pela sua permanência, buscando relações dessas mobilizações com as representações e significações.

2. PROBLEMATIZAÇÃO, REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Consideramos, para a consecução desse projeto de pesquisa, a necessidade de pesquisas sobre escolas no campo, tendo em vista a rica contribuição das pesquisas na área da educação na FAGED-UFV sobre escolas rurais, a nível de pós-graduação, que giram em torno da formação de professores (Rolim, 2010), educação do campo em assentamentos (Alencar, 2018) ou a relação entre



escola e o bioma semiárido (Lima, 2017). A ideia específica da pesquisa é relacionar a escola rural como fruto das lutas da própria comunidade por um local próprio, considerado indispensável para a promoção da educação. Logo, a relação escola-comunidade-educação é a mola mestra do desenvolvimento dessa proposta de pesquisa.

As nossas problemáticas giram em torno de três eixos de questionamentos. Primeiro, pretendemos pesquisar como a escola surgiu, ou seja, quais circunstâncias, interesses, pessoas, ideias estavam ali envolvidas e que resultaram no seu surgimento. Dos sítios ao redor do Oitis (Flores, Recanto, Tabuleiro Alegre, Tábua Lascada e Limoeiro), apenas esse último teve uma escola com prédio próprio, desativada em 2015. Logo, deve haver algum tipo de peculiaridade no Oitis que propiciou a criação e manutenção desse local de ensino.

Segundo, queremos compreender o desenvolvimento histórico da escola, a partir dos relatos de ex-alunos, moradores e gestores, visto que estes acompanharam diversas mudanças educacionais, políticas e econômicas ao longo de suas quase quatro décadas de existência. Podemos, de alguma maneira, ver se essas diversas mudanças influenciam os rumos da escola, e de quais formas.

Nosso terceiro eixo de questionamentos será no que concerne ao problema do fechamento da escola, apresentado no final do ano letivo de 2018. Diferentemente da escola do sítio Limoeiro, a escola do sítio Oitis ainda não fechou. Pelo contrário, o movimento da comunidade, inclusive com muitos moradores contemporâneos da fundação da escola, impediu o seu fechamento. Como nos coloca a atual gestora da escola, a professora Maria do Socorro Moura, que é sobrinha-neta da professora que dá nome à escola e ex-aluna,

Quando [a secretaria de Educação] tiveram contato com os pais, os pais, tipo, se revoltaram, falaram, questionaram, e o porquê, e queria uma prova concreta de porque está fechando e porque tá diminuindo, que não aceitavam. Foi uma reunião em que os pais questionaram bastante. (Entrevista com Maria do Socorro, 24/07/2018).

A mobilização da comunidade é, de fato, elemento-chave de análise de nossa pesquisa, porque nos leva a questionar as representações dessa escola para a mesma, do que de fato motivou essa reação tão aguerrida pela manutenção do seu lugar de ensino. E isso nos leva ao nos questionar sobre que tipo de ideias esses moradores possuem sobre educação e a escola, e se é possível investigar como estas foram construídas ao longo dos anos de relação escola-comunidade.

Nosso objetivo principal é analisar o processo de desenvolvimento histórico da instituição de ensino rural Escola Maria Pessoa de Moura (Sítio Oitis – município de Lavras da Mangabeira) em suas relações sociais, institucionais e educacionais, no período que vai desde sua fundação de 1980 até a ameaça de fechamento, no ano de 2018, a fim de situar o papel de suas representações e memórias na consolidação das lutas pela sua criação e manutenção.

Há, ainda, a possibilidade de fazer uma pesquisa documental em objetos utilizados pelas professoras que tenham sido guardados, como cartilhas, cadernos e diários. A escola, na pessoa de sua atual diretora, nos disponibilizou todo o acervo fotográfico e documental, incluindo-se aí os diários, pastas com informações de alunos e ex-alunos, e até mesmo um pequeno acervo de vídeos de eventos ocorridos na escola, e fomos *in loco* conferir esse material, que nos parece bastante

promissor. O critério cronológico para professores, gestores e funcionários seria a atuação durante o período. Já para os alunos, uma possibilidade seria procurar dois que tivessem estudado em cada década entre 1980 e 2010, um que tivesse estudado no começo e outro no final de cada intervalo desses. Dessa maneira, esperamos que nossa pesquisa possa ser desenvolvida com o sucesso esperado.

O referencial teórico preliminar tem três categorias, a saber: educação rural no Brasil, escolas rurais (de forma genérica) e estudos específicos de escolas rurais. Nosso primeiro autor é Sérgio Celani Leite (1999), que faz uma abordagem histórica, tendo como marco o período republicano brasileiro. Ele nos dispõe que nos anos 1920 a imigração interna, com grande número de moradores do campo vão às cidades em busca de emprego, no incipiente processo de industrialização (Leite, 1999, p. 28), sobretudo no eixo Rio-São Paulo, motiva os primeiros debates sobre educação rural. Nos apresenta as diferentes propostas que se seguiram, como o ruralismo pedagógico nos anos 1930, os movimentos sociais do campo nos anos 1950 e 1960, os acordos e parcerias celebrados com organismos internacionais no contexto do regime militar.

Outro fato que nos chama atenção na referida obra é o papel que as prefeituras municipais tiveram na consecução desses diferentes projetos, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980 (Leite, 1999, p. 48), período no qual é fundada a escola Maria Pessoa de Moura. De fato, a importância da atuação da prefeitura é algo presente nas falas das professoras que atuaram no período de fundação dessa escola.

Outra obra de grande importância foi o texto de Maria de Lourdes Peixoto Brandão (2002), que tem como tema principal a importância dos componentes curriculares das escolas rurais. Porém, o que nos chama a atenção é o capítulo sobre conceitos gerais de educação no campo, visto que delinea algumas especificidades do público ao qual a educação se destina, e essas características deveriam ser consideradas pelas autoridades e gestores envolvidos (Brandão, 2002, p. 92), e ao mesmo tempo que “é necessário fugir da visão ingênua e idílica do ideal do trabalho no campo. Deve-se defender a modernização, mas que seja num processo construído coletivamente.” (Idem, p. 82).

Outra obra que contribuiu para a nossa pesquisa foi a de Jorge Werthein e Juan Díaz Bordenave que publicaram, no início da década de 1980, uma coletânea de textos sob o título de *Educação Rural no Terceiro Mundo*. O fio condutor da obra era ensejar a reflexão, a partir dos parâmetros marxistas, acerca da premente necessidade de políticas públicas voltadas para a educação rural. No texto que selecionamos para compor esse projeto, escrito por Maria Julieta Calazans e outros autores, debate-se a relevância das políticas públicas no Brasil para a educação rural, visto que não se atentam para mudanças estruturais na direção tomada pela sociedade na qual as mesmas foram implementadas (Werthein e Bordenave, 1981, p.161).

Uma das críticas que os autores tecem à educação rural brasileira da época é que esta “busca mudar a mentalidade daqueles que lhe são submetidos para que melhor se adaptem à situação vigente, sem exercer qualquer modificação neste processo, em função dos problemas e necessidade das populações atingidas”. (Werthein e Bordenave, 1981, p.161). De fato, em nosso atual estado de pesquisa, nenhum projeto de caráter emancipatório foi citado pelas fontes entrevistadas, mas tão somente as parcerias que já eram previstas nas políticas governamentais.



Sobre escolas rurais, temos a contribuição do texto de Farias e Antunes (2014), que estuda a valorização da escola rural e do trabalho para os moradores do campo. Um dos aspectos que as autoras apontam é que

É preciso ultrapassar o discurso de apagamento em torno da escola na zona rural e dar destaque e relevância para as contribuições que essas escolas têm na vida dos sujeitos inseridos no espaço rural. De certo modo, a ausência de políticas educacionais que atenda às especificidades do meio rural brasileiro tem negligenciado em muitos aspectos essa escola, condicionando a mesma a uma imitação da escola urbana. (Farias e Antunes, 2014).

Essa constatação nos leva a considerar a importância que os estudos sobre escolas rurais podem ser elucidativos, tanto das políticas educacionais como dos sujeitos ali envolvidos, e mais ainda, da importância que esse espaço educativo tem para eles. A constatação de que a escola rural é uma imitação da urbana aparece no currículo padronizado e sem alterações e conseqüentemente na não-formulação e implementação de ações que partam das necessidades educacionais e sociais dessas pessoas.

Nessa mesma temática, temos a tese de doutorado de Almeida (2016), sobre o Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira. Seu estudo aborda, dentre outras coisas, um recorte histórico do ensino agrícola no Brasil e o percurso histórico da própria escola, desde sua fundação em 1960 até após sua reinauguração em 2008. Usando um rico acervo de fontes escritas, orais e imagéticas, o autor reconstrói essa trajetória, lançando luz sobre o município de Lavras, sendo para nossa pesquisa um ponto de partida e fonte de informações, como, por exemplo, das interações entre as esferas do poder público e as diferentes mudanças de rumo na trajetória dessa instituição de ensino.

Também temos a tese de Assis e Silva (2018), que tem muitas afinidades com a nossa proposta de pesquisa. Seu trabalho aborda a história da educação rural no estado do Mato Grosso a partir da legislação, das memórias e representações. Mais adiante, afunila sua análise para o município de Poconé, voltando-se para a sua história política e educacional. Por fim, estuda a escola rural isolada da região, buscando articular as trajetórias de alunos e professores.

Apresentamos acima as obras que, a nosso ver, mais contribuíram para o nosso projeto de pesquisa, mas poderemos no decorrer do desenvolvimento do projeto abordar outras obras publicadas, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, visto que o fenômeno da educação rural tem dimensões globais, podendo nossa pesquisa contribuir para essa discussão.

Em relação aos procedimentos metodológicos, fizemos primeiramente uma pesquisa bibliográfica sobre a temática que envolve, em especial: educação rural, escolas rurais, políticas educacionais, história oral e memória. Em seguida foram feitas entrevistas semiestruturadas com pessoas direta e indiretamente envolvidas com a trajetória da escola.

A atenção concedida às fontes orais é a expressão de um movimento social mais amplo, bem patente na produção literária e artística. Encontramo-nos perante uma mutação cultural que, pouco a pouco, faz reaparecer os sujeitos face às estruturas e aos sistemas, a qualidade face à quantidade, a vivência face ao instituído. (Nóvoa, 2013, p.18). Em nosso caso de pesquisa, podemos incluir não apenas as professoras, mas também as gestoras, alunas e funcionárias, e de forma ainda mais ampla, membros da própria comunidade do Sítio Oitis.

O mesmo autor, embora destaque a importância das histórias de vida como um meio de melhor compreender o fazer educacional, em contraposição às abordagens estruturalistas vigentes até a década de 1980 (a primeira publicação desse texto é de 1991), avalia que tal metodologia deve ser utilizada com cautela, pois pode gerar “efeitos de moda”, que vão desde experiências inconsistentes de pesquisa até uma apropriação acrítica das fontes investigadas (Nóvoa, 2013, p.19).

Por isso mesmo, propõe que o objeto de estudo seja ao mesmo tempo integrador de diversas perspectivas (visto que transcende fronteiras disciplinares) e categorizado, mesmo que seja de forma relativa. (Idem, p. 20). Deve-se, ainda, valer-se de um grande conjunto de fontes, que vão desde materiais escritos, passando pelas entrevistas propriamente ditas, culminando na análise pormenorizada (microanálise) dessas histórias de vida.

Nosso intuito foi primeiramente fazer entrevistas preliminares com pessoas diretamente envolvidas com a escola, ao longo de sua trajetória. Assim, além de nos aproveitarmos das entrevistas de professoras leigas que fizemos por ocasião da pesquisa de mestrado, durante 23 e 25 de julho de 2018 entrevistamos quatro pessoas, cujas transcrições estão acessíveis, mas que não as citamos todas ao longo desse projeto para não o alongar demais. Vamos usar o nome popular, pelo qual elas são conhecidas na comunidade.

- *Maria de Cher*: essa professora foi uma das primeiras contratadas para ministrar aulas na Escola Maria Pessoa de Moura. Trabalhou entre os anos de 1971 e 1992, quando por força de negociações com a prefeitura, foi remanejada para trabalhar em serviços gerais, mesmo recebendo no contracheque remuneração de professora.
- *Dona Gilmar*: foi a primeira gestora da escola que é o local de nossa pesquisa, entre 1982 e 1984. Implementou as rotinas básicas da escola, e ficou temporariamente até a vinda da finada gestora Lucelena, que dirigiu pelos 10 anos seguintes.
- *Régia de Cher*: filha da professora Maria de Cher, foi aluna, auxiliar e professora concursada da escola até hoje. Para nossa pesquisa, é uma figura-chave, visto que acompanhou de perto toda a trajetória da escola nesses quase 40 anos.
- *Maria do Socorro (“Côca”)*: ex-aluna e atual diretora da escola, assumiu a tarefa de manter a escola aberta, evitando que o fechamento proposto pela prefeitura se concretizasse, com a ajuda de seu primo, o vereador José Adevão (“Duda”).
- *Rivanildo Araújo*: é ex-aluno da escola e filho de uma das merendeiras, Emília Araújo. Acompanhou de perto a luta pela construção da escola e nos trouxe interessantes reflexões sobre o papel e a importância que a escola tem para os seus moradores.

Consideramos que com essas entrevistas possamos iniciar a pesquisa traçando um perfil histórico geral dessa instituição de ensino. E a partir dessas pessoas, recebemos indicações de outras pessoas que poderemos pesquisar. Essas fontes nos colocam a relevância e a possibilidade de um trabalho ainda mais amplo, que pudesse inclusive entrevistar alunos que estudaram em diferentes décadas na escola, nas quais poderíamos comparar as representações de cada uma delas.

Em nossa proposta as fontes orais serão também parte do fazer de nossa metodologia, é um saber-fazer que representa a pedra de toque de nosso trabalho. Ou seja, a experiência viva nas memórias dessas pessoas dará o tom e a cor da nossa investigação. Como Gizafran Jucá coloca acerca dos relatos orais, “A sua valia possui um significado maior, pois os relatos nos remetem a uma memória social, apresentando uma paisagem onde indivíduos e espaços sociais se complementam, apesar das lacunas que muitas vezes ficam nos depoimentos prestados”. (2011, p. 22).



O autor justifica sua relevância dada às fontes orais por três motivos: primeiro, o reconhecimento do valor das experiências de vida; segundo, a ausência de um compromisso em relatar apenas o que interesse a uma autoridade imediata; e mais importante, pelo estímulo a lembrar o passado em uma sociedade que lhes roubou o espaço. (Idem, p.23). Certamente que relatos orais devem ser tomados com preocupações metodológicas que lhe sejam pertinentes, pois “em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho (...) funcionando como ponte entre teoria e prática” (Ferreira e Amado *apud* Araújo, 2014, p.121).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse tópico, vamos abordar algumas informações relevantes que obtivemos com as entrevistas realizadas para uma pesquisa anterior sobre professoras leigas e outras de pessoas já mencionadas nesse texto, feitas mais recentemente. São resultados provisórios, tendo em vista que o trabalho de pesquisa ainda está em andamento.

Antes da fundação da escola, ou seja, até os anos 1980, não existia nenhuma instituição de ensino no Sítio Oitis e redondezas, nem pública nem privada. Aqueles que tivessem interesse em estudar de maneira formal precisavam se deslocar para os distritos, tais como Quitaiús, Mangabeira ou Lavras. Todavia, se fosse para aprender as primeiras letras, tendo um conhecimento mínimo em leitura, escrita e cálculo, poderiam receber professores andarilhos, os quais andavam de região em região oferecendo seus serviços educacionais.

Por aqui, do Sítio Oitis à Vila Feitosa [distante 20 km], não tinha negócio de escola. Tinha um homem, que era aleijado dos pés, que ia nas casas das pessoas pra dar aula. Ficava uns meses ensinando e morando com aquela família, ganhando dinheiro, reses ou saco de legumes. (Entrevista com Joaquim Cardozo, 12/07/2024)

A primeira professora minha foi a finada Zefinha Moura, mulher de Luiz Bandeira, aí depois dela meu pai falou assim ‘não vai dar pra essas menina sair daqui não. Eu vou botar, arrumar uma professora que ensine em casa, porque nem que seja de noite elas vão estudar em casa.’ (Entrevista com Tiene de Zito, 16/07/2017).

Vale a pena ressaltar que o relato de Joaquim Cardozo narra acontecimentos da década de 1940 e o de Tiene, da década de 1960, o que nos leva a inferir que nessas duas décadas não houve nenhuma ação do Poder Público para levar educação para as zonas rurais do município de Lavras da Mangabeira. Ou seja, se nos grandes centros urbanos brasileiros a educação avançava a passos lentos nessas décadas, no interior a situação era ainda mais grave, o que evidencia o descompasso que existia entre campo e cidade.

Esses educadores itinerantes, cuja história ainda está por ser desvendada e escrita, atuaram por várias décadas no Sítio Oitis, até que as primeiras gerações de professoras leigas se formaram, no final da década de 1960. Na verdade, estas não tinham uma formação pedagógica considerada acadêmica, mas por força das pressões políticas, falta de oportunidades e demanda por alfabetização, realizaram seu trabalho. Como nos coloca Maria das Graças de Araújo,

[...] a professora leiga era vista como sendo alguém sem ser portadora de habilitação específica, por isso, desinstrumentada para o trabalho (SOUZA, 1985). Essa visão identificava o leigo como uma pessoa totalmente despreparada para a função docente, pior ainda, o respon-

sabilizava pelos resultados negativo da aprendizagem, sem considerar os demais aspectos do contexto educacional. Esse fato, em certa medida, impulsionava o desejo explícito por algumas delas para continuar estudando, como forma de melhorar sua prática docente e o seu futuro enquanto profissional [...]. (Araújo, 2010, p.128)

Essa atuação das professoras leigas em um contexto tão difícil, agravado pela ideia de que não eram preparadas para o trabalho, era ainda mais dificultado pela ausência de uma escola onde pudessem lecionar. Conforme todas as fontes entrevistadas, primeiramente essas professoras atuavam na Associação dos Produtores Rurais, geralmente no turno da noite, sob luz de lamparina.

Como nesses anos (1965 em diante) a educação pública consistia basicamente em alfabetizar pessoas para poderem votar em candidatos à prefeitura, como nos coloca a professora Fátima Pessoa, sobre a relação entre educação e eleições

Eu fui a primeira que eu fui dar [aula]. Era só pra jovens eles era analfabeto, não sabia escrever nem o nome. Então, pra poder tirar o 'tito' [Título de Eleitor], só se soubesse fazer as letra toda, escrever o nome. O prefeito [...] botou pra mim ensinar de noite esses rapais e moça pra poder tirar o tito e poder votar pra ele. Ele falou assim se ele arrumasse a cadeira assim ele fazia a quantia de voto quantos voto ia ter pra ele da parte de pai. Então, ele foi e disse, 'não, pode contar comigo que eu vou botar sua filha ensinando.' (Entrevista com Fátima Pessoa, 13/07/2018).

Porém, a comunidade começou a demandar, como contrapartida ao voto, a construção de uma escola para dar estudo às crianças e adultos da região com grande mobilização. Assim, no ano de 1980 se iniciaram as obras de construção da Escola Rural Maria Pessoa de Moura, sendo concluídas no ano seguinte. Era bastante simples e rústica, contando apenas com duas salas de aula e cozinha, sem pátio e sem quadra, com as crianças brincando na praça do Sítio, em frente à escola na hora do recreio. Com o passar dos anos, foram adicionadas mais quatro salas de aula, um compartimento de copa e cozinha, bem como outro que era a sala da gestão e arquivos.

A dinâmica da escola nas décadas de 1980 e 1990 era bastante ativa, com atividades cívicas, educacionais e comunitárias ocorrendo, temas que vamos aprofundar nas entrevistas para conhecer maiores detalhes dessa dinâmica. Por outro lado, podemos conhecer um pouco da dinâmica das aulas através das entrevistas já realizadas com as professoras leigas. Elas nos colocam que as salas de aula eram bastante lotadas, não havendo, nos primeiros anos, livros nem recursos didáticos, tendo que muitas vezes se revezar nesse uso.

Como nos coloca Jusciene de Deto,

A maior dificuldade que enfrentei em sala de aula é de não ter o material, formação para repassar todos os conteúdos para os alunos. Até porque não tinha recurso pra planejar uma aula e a escola não tinha uma fonte de pesquisa. [lendo] Nossa escola não tinha material didático, a gente se deslocava para outra escola de outra comunidade do município para conseguir livros, revistas, jornais e aplicar na sala de aula. Era uma escola pobre, não tinha recursos. (Entrevista com Jusciene de Deto, 14/07/2018).

Embora a disciplina em geral era boa na maioria dos alunos, com casos isolados de indisciplina explícita, devido à superlotação das salas, era difícil manter a atenção para atender a todos adequadamente em suas demandas e necessidades, que eram muito urgentes. Isso gerava



um estresse sobre as professoras, as quais ainda precisavam conciliar o trabalho na escola como o trabalho na roça.

A exigência de que os professores se tornassem estatutários, no início da década de 1990, gerou uma divisão entre as professoras leigas. Aquelas que possuíam uma formação mais sólida, indo além do ensino fundamental, conseguiram se adaptar às novas exigências e permanecer em sala de aula. No entanto, muitas outras foram transferidas para funções administrativas, o que representou uma perda de *status* social e profissional, conforme entrevistas dadas pelas professoras leigas Jusciene de Deto (24/07/2017) e Tiene de Zito (24/07/2017).

Já a partir da década de 2000, muitas novidades chegam à escola que ora estamos apresentando. A escola recebeu conexão com a internet, alguns computadores, conexão com canais de TV educativos via antena parabólica e turmas de Ensino Fundamental II. Programas de alfabetização voltados para os idosos foram implementados, com um de nossos entrevistados (Joaquim Cardozo), participando ativamente dessas atividades.

Porém, apenas a partir da década de 2010 que as dificuldades se avolumaram, por fatores que estamos em processo de pesquisar, mas que podemos perceber que, de fato geral, têm a ver com migrações, baixa taxa de natalidade e maior mobilidade com a aquisição de motos ou transporte escolar subvencionado pelo governo, no Sítio Oitis popularmente conhecido como o “caminhão dos alunos”.

Por isso mesmo, o movimento em torno do fechamento e manutenção da escola é também um tema de bastante interesse em nossa pesquisa, visto que, apesar de todas essas dificuldades, no momento em que esse texto está sendo escrito, a instituição de ensino se mantém em funcionamento, fruto da mobilização de pessoas interessadas não só pela oferta de educação perto de casa, mas também pelo que ela representa para toda a comunidade rural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, então, uma apresentação de pesquisa sobre a Escola Rural Maria Pessoa de Moura, em íntima relação com a história da própria comunidade como um todo e das histórias de vida das pessoas em suas memórias e relatos. Fizemos um esforço para mostrar que tal investigação se faz necessária e contribuirá muito para a discussão de temáticas correlatas.

Certamente que serão necessárias novas visitas ao Sítio Oitis, para essa experiência marcante e rica de ouvir as memórias de pessoas, em sua maioria, humildes e simples, que consideraram que a educação é extremamente relevante para suas vidas e que se mobilizam, ontem e hoje, para manter esse direito em sua comunidade.

A trajetória da Escola Maria Pessoa de Moura, desde sua fundação até os dias atuais, reflete a história de luta e resistência da comunidade do Sítio Oitis. A escola, inicialmente concebida como um espaço para alfabetizar a população local, evoluiu ao longo dos anos, adaptando-se às mudanças sociais e políticas. No entanto, a falta de recursos, a dificuldade de atrair e reter professores qualificados e as transformações demográficas representam desafios significativos para a sua manutenção.

Esse texto procurou apresentar os aspectos gerais presentes nessa pesquisa, de modo a apresentar a viabilidade e as possibilidades de aprofundamento. De fato, as pesquisas sobre instituições escolares muitas vezes se focam quase que exclusivamente em grandes instituições, que formaram membros da elite dirigente em certos lugares. Por exemplo, em Fortaleza, há vários estudos que focam a Escola Normal ou o Liceu de Fortaleza. Já na região do Cariri, as escolas religiosas do início do século XX.

Por nosso turno, acreditamos que reconstituir, a partir de fontes, a história de uma pequena escola, localizada na zona rural de Lavras da Mangabeira, dá voz a sujeitos há muito esquecidos na história oficial, que não são membros de elites dirigentes, mas pequenos agricultores, artesãos, filhos das classes sociais menos favorecidas. Isso nos mostra a riqueza que os estudos em História da Educação podem nos propiciar, se nos houver oportunidade de desenvolver esse estudo em Programas de Pós-Graduação.

As entrevistas realizadas com ex-alunos, professores e membros da comunidade evidenciaram a importância da escola como um espaço de socialização, de construção de conhecimentos e de fortalecimento dos laços comunitários. A escola não é apenas um local de ensino, mas um centro de referência para a comunidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

A pesquisa realizada sobre a Escola Maria Pessoa de Moura contribui para o debate sobre a educação rural no Brasil, evidenciando a importância de políticas públicas que valorizem as especificidades das escolas rurais e garantam o direito à educação de qualidade para todos os alunos. Ao analisar a trajetória dessa escola, podemos identificar tanto os avanços como os desafios enfrentados pela educação no campo e, assim, contribuir para a construção de um futuro mais justo e equitativo para as comunidades rurais.

A trajetória dessa Escola é um microcosmo da história da educação rural brasileira. Fundada em um contexto de escassez de recursos e desigualdades sociais, a escola resistiu e se adaptou às diversas transformações ocorridas ao longo das décadas. Através dos depoimentos de ex-alunos, professores e membros da comunidade, pudemos compreender a importância desse espaço para a construção de identidades, para o fortalecimento dos laços comunitários e para o desenvolvimento local.

As professoras leigas, muitas vezes invisibilizadas na história da educação, desempenharam um papel fundamental na alfabetização e na formação das primeiras gerações de alunos. Suas histórias de vida e sua dedicação ao ensino revelam a importância do trabalho docente, mesmo em condições adversas.

No entanto, a escola enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos, a dificuldade de atrair e reter professores qualificados e as mudanças demográficas. Para garantir a sustentabilidade da escola e a qualidade da educação oferecida, é fundamental que sejam adotadas medidas como a valorização do trabalho docente, a oferta de formação continuada, a ampliação dos recursos pedagógicos e a criação de parcerias com instituições de ensino superior e com a comunidade.

A história da Escola Maria Pessoa de Moura nos inspira a refletir sobre o papel da educação no campo e a importância de garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos,



independentemente de onde vivam. Ao investir na educação rural, estamos investindo no futuro do nosso país, fortalecendo as comunidades rurais e promovendo o desenvolvimento sustentável.

É preciso que todos nós – educadores, gestores públicos, pesquisadores e sociedade civil – nos unamos em prol de uma educação rural de qualidade, que valorize a diversidade cultural e promova a inclusão social. A preservação da Escola Maria Pessoa de Moura é um exemplo de como a educação pode transformar vidas e comunidades. Ao valorizar a história e o legado dessa escola, estamos contribuindo para a construção de um futuro mais justo e equitativo para todos.

5. REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALENCAR, Benedito Montenegro. **Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e organização social: o caso do Assentamento Maceió, Itapipoca (CE)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2016.

ARAÚJO, Maria das Graças de. **Trajetórias de formação e profissionalização de professoras leigas do município de Itaiúna/CE**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2010.

FARIAS, Graziela Franceshet e ANTUNES, Helenise Sangoi. **Desafios e perspectivas na educação rural: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares**. Curitiba: CRV, 2014.

ALMEIDA, José Wagner de. **Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira (1947 – 2008): elite rural, ingerência estrangeira e circulação de ideias pedagógicas para o progresso do Brasil e do Ceará**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2016.

ASSIS E SILVA, Luciana Vicência do Carmo. **Na cadência das águas, no ritmo da política: a Escola Pública Rural no município de Poconé – MT (1930-1945)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Mato Grosso, 2018.

BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto. **Pelos caminhos rurais: cenários curriculares**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

JUCÁ, Gizafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Premium, 2011.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Maria Patrícia Moura. **Escola do campo, currículo e práticas agroecológicas: um estudo sobre a Escola Família Agrícola (EFA) Dom Frágoso**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2016.

MENNUCCI, Sud. **A Crise Brasileira da Educação**. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1930.

NÓVOA, António *et. al.* **Vidas de professores**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2013.

ROLIM, Renata Maria Luna. **Educação de Jovens e Adultos no campo**: contribuições à formação de educadores e educadoras do Programa Nacional de Alfabetização na Reforma Agrária. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. **A vida do pensamento e o pensamento da vida**: Sud Menucci e a formação de professores rurais. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2015.

WERTHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Díaz (Orgs.). **Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Como citar – ABNT

CAMPOS, Hermano Moura; RODRIGUES, Filipe Pinheiro. Escola Rural Maria Pessoa de Moura: entre histórias e memórias. *Revista Poiesis Pedagógica*, Catalão/GO, Brasil, v. 22, e2024026, Dezembro, 2024. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74818>

Como citar – APA

Campos, H. M., & Rodrigues, F. P. (2024). Escola Rural Maria Pessoa de Moura: entre histórias e memórias. *Revista Poiesis Pedagógica*, 22, e2024026. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74818>

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 24 de outubro de 2024.

Aprovado: 25 de novembro de 2024.

Publicado: 27 de dezembro de 2024.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Introdução ou Considerações iniciais:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Referencial teórico:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Metodologia:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Análise de dados:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Discussão dos resultados:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Conclusão ou Considerações finais:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Referências:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Revisão do manuscrito:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues; **Aprovação da versão final publicada:** Hermano Moura Campos, Filipe Pinheiro Rodrigues.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.



Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.



Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

Editora

Cláudia Tavares do Amaral 



Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.



Publisher

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

